

EDITAL Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2019
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARGO: TERCEIRO-SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA

Data e horário da prova: domingo, 20/10/2019, às 9 h.

INSTRUÇÕES
PROVA DE DIREITO E
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
SEGUNDA FASE – DIA 5 – MANHÃ

- Você receberá do fiscal:
 - 1 (um) caderno de provas contendo 4 (quatro) questões discursivas; e
 - 8 (oito) folhas de texto definitivo.
- Verifique se a paginação do caderno de provas discursivas e a codificação das folhas de texto definitivo estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas discursivas, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a transcrição para as folhas de texto definitivo.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar suas folhas de texto definitivo e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de provas 3 (três) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos após o início da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação da prova na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
- Verifique se os seus dados estão corretos nas folhas de texto definitivo das provas discursivas. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.

Tipo “U”

PROVA DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Orientações para a elaboração dos textos das provas discursivas.

- A prova de direito e direito internacional público é composta por 4 (quatro) questões discursivas.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, e as respostas deverão ser transcritas para as folhas de texto definitivo.
- As **folhas de texto definitivo** das provas discursivas não poderão ser assinadas, rubricadas e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- As **folhas de texto definitivo** são os únicos documentos válidos para a avaliação das provas discursivas.
- O candidato receberá 8 (oito) folhas de texto definitivo das provas discursivas, sendo 2 (duas) folhas para cada questão. As folhas de texto definitivo indicarão a qual questão pertencem. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre cada questão e a respectiva folha de texto definitivo, sob pena de ter o seu texto avaliado negativamente.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação das provas discursivas.
- As respostas para a questão 1 e para a questão 2 deverão ter extensão máxima de até 60 (sessenta) linhas cada uma. As respostas para a questão 3 e para a questão 4 deverão ter extensão máxima de até 40 (quarenta) linhas cada uma.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada como número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

QUESTÃO 1

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 6º DO ART. 37 DA MAGNA CARTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*. AGENTE PÚBLICO (EX-PREFEITO). PRÁTICA DE ATO PRÓPRIO DA FUNÇÃO. DECRETO DE INTERVENÇÃO.

O § 6º do art. 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE 327904/SP, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, j. 15/8/2006, DJ 8/9/2006.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo a respeito da responsabilidade civil do Estado. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) discorra acerca dos pressupostos da responsabilidade civil do Estado;
- b) conceitue e diferencie as espécies de responsabilidade civil atribuídas ao Estado, de acordo com o texto da Constituição Federal de 1988; e
- c) aponte, de forma fundamentada, as consequências da adoção do princípio da dupla garantia pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) para o Estado e os respectivos agentes públicos.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

RASCUNHO

1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		

61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		

PROVA APLICADA

QUESTÃO 2

Os apátridas estavam tão convencidos quanto as minorias de que a perda de direitos nacionais era idêntica à perda de direitos humanos e que a primeira levava à segunda.

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 325-326, com adaptações.

A reflexão de Hannah Arendt a respeito da condição dos seres humanos que perderam a própria nacionalidade e, conseqüentemente, foram privados dos respectivos direitos humanos – em virtude de ações dos regimes totalitários no século passado – ainda se mostra atual para a reflexão do século 21. O último relatório de tendências globais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – agência subsidiária da ONU para questões relacionadas a apátridas e a refugiados – cataloga cerca de 3,9 milhões de pessoas na condição de apátridas, embora as Nações Unidas estimem que o verdadeiro número global seja significativamente maior.

Com base nessa informação e considerando que o fragmento apresentado tem caráter meramente motivador, disserte acerca do estudo da nacionalidade e da apatridia no âmbito jurídico brasileiro e internacional. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) elementos da normativa internacional e ações das Nações Unidas na temática da nacionalidade e da apatridia; e
- b) a relação jurídica do Brasil com a temática, presente na normativa constitucional, infraconstitucional e internacional ratificada pelo País, abordando as formas de aquisição e perda da nacionalidade originária brasileira e a proteção aos apátridas.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

RASCUNHO

1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		

61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		

PROVA APLICADA

QUESTÃO 3

As normas do art. 4º da Constituição Federal constituem a identidade e uma das aberturas do ordenamento jurídico brasileiro à esfera internacional, como espécies de normas complementares. São valores normativos oriundos do direito das gentes e radicados no direito constitucional pátrio.

MASSAU, Guilherme. *Princípios constitucionais e relações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p. 26-27, com adaptações.

Com base no contexto apresentado em torno dos valores a serem observados nas relações internacionais do Estado brasileiro, elenque descritivamente os princípios que devem reger as relações internacionais da República Federativa do Brasil, previstos no art. 4º da Constituição Federal de 1988. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) discorrer reflexivamente a respeito do conteúdo normativo de cada um dos referidos princípios; e
- b) escolher somente três dos princípios elencados no art. 4º da Constituição Federal de 1988, dando – a cada um deles – um exemplo histórico da respectiva incidência na política exterior do Estado brasileiro.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

RASCUNHO

1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		

PROVA APLICADA

QUESTÃO 4

Direitos fundamentais são o conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos, inerentes à soberania popular, que garantem a convivência pacífica, digna, livre e igualitária, independentemente de credo, raça, origem, cor, condição econômica ou *status* social. Sem os direitos fundamentais, o homem não vive, não convive e, em alguns casos, não sobrevive.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 11. ed., 2018, p. 526.

Tais direitos e garantias fundamentais estão consagrados no Título II da Carta Federal, que abre com o art. 5º, cujo *caput* assim dispõe: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Considerando o fragmento de texto apresentado e o dispositivo citado como referência, responda às perguntas a seguir.

- 1) Pode-se considerar que os direitos fundamentais consagrados na Carta Federal, pela respectiva proeminência, são, como regra, direitos absolutos que não comportam relativização?
- 2) É possível dizer que as pessoas jurídicas, tanto quanto as pessoas físicas, também são beneficiárias dos direitos e das garantias individuais?
- 3) A Constituição deve ser interpretada no sentido de que apenas os estrangeiros que possuem domicílio no País são destinatários dos direitos e das garantias fundamentais?
- 4) Como diferenciar direitos de garantias individuais?

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

RASCUNHO

1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		

PROVA APLICADA